

**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO**

Praça Dr. Castilho, 10 – Centro – CEP 38750-000 – CNPJ 18.602.060/0001-40  
Tel.: (34) 3811-1560 – [www.po.mg.gov.br](http://www.po.mg.gov.br) – [contratos@po.mg.gov.br](mailto:contratos@po.mg.gov.br)

**CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 107/2024**

Processo licitatório nº.: 109/2023


Inexigibilidade nº.: 011/2023

Credenciamento nº.: 005/2023

Fiscal do Contrato: **Julio dos Reis Pereira**

Gestor do Contrato: **Correspondente a cada secretaria**

Aprovado

  
Amely Maria de Almeida Pinheiro  
OAB/MG 128.148  
Procuradora Municipal

Por este contrato de credenciamento, que fazem entre si, de um lado o **MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 18.602.060/0001-40, sediado na Praça Doutor Castilho, nº 10, Centro, em Presidente Olegário – MG, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor **RHENYS DA SILVA CAMBRAIA**, brasileiro, casado, Militar da Reserva, CPF sob o nº 034.826.756-86, residente em Presidente Olegário/MG, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado, a empresa **52.137.191 RODRIGO AZEVEDO BRAZ**, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob

nº. 52.137.191/0001-31, situada na Rua Braz Osias da Silva, nº 1215, Bairro Residencial Ibiza, **PRESIDENTE OLEGÁRIO/MG**, CEP 38.750-000, telefone (34) 996751305, e-mail [rodrigobraz12@hotmail.com](mailto:rodrigobraz12@hotmail.com), neste ato **REPRESENTADA** por seu representante legal, o Sr. Rodrigo Azevedo Braz, inscrito no CPF nº. 109.717.966-45, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem firmar o presente contrato, sob a regência das Leis Municipais vigentes, Lei Federal nº. 8.666/93, Decreto Municipal de nº. 1.581 de 06 de fevereiro de 2023 e demais normas pertinentes, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS FUNDAMENTOS LEGAIS**

1.1. O presente contrato decorre do processo licitatório nº. 109/2023 por meio da Inexigibilidade nº 011/2023 através do Credenciamento nº 005/2023, de acordo com o Decreto Municipal 1.581 de 06 de fevereiro de 2023 e demais normas pertinentes.

1.2. Integra este contrato, como se nele estivesse transcrito, o Projeto Básico do Edital.

**2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO E SECRETARIAS REQUISITANTES**

2.1. O presente contrato cujo objeto é **O CREDENCIAMENTO DE MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELETRICISTA NO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO**.

2.2. Secretaria Requisitante:

**Secretaria Municipal de Obras Serviços Públicos**

Gestor do Contrato: Gilmar Caetano da Silva

Fiscal do Contrato: Julio dos Reis Pereira

**3. CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

3.1. São obrigações da **CONTRATANTE**:

3.1.1. Efetuar os pagamentos na forma do termo;

3.1.2. Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;

3.1.3. Acompanhar e fiscalizar todas as atividades do credenciado pertinentes ao objeto a ser celebrado, o que não exime esta da responsabilidade por danos causados;

3.1.4. Notificar o credenciado, imediatamente, sobre as faltas e defeitos observados na execução do especificado no Contrato;

3.1.5. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo credenciado;



**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO**

Praça Dr. Castilho, 10 – Centro – CEP 38750-000 – CNPJ 18.602.060/0001-40

Tel.: (34) 3811-1560 – [www.po.mg.gov.br](http://www.po.mg.gov.br) – [contratos@po.mg.gov.br](mailto:contratos@po.mg.gov.br)

3.1.6. Realizar publicação do extrato desse contrato na forma do parágrafo único, do art. 61 da lei 8.666/93.

**3.2. São obrigações da CONTRATADA:**

3.2.1. A prestação do serviço será efetuada sempre que solicitada.

3.2.2. Cumprir fielmente os termos exigidos neste documento.

3.2.3. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, o Contrato, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, sem prévio assentimento por escrito da Contratante.

3.2.4. Relatar ao Município e toda e qualquer irregularidade observada na prestação dos serviços.

3.2.5. Manter durante toda a vigência do Contrato as condições de habilitação exigidas para habilitação, apresentando sempre que exigido os comprovantes de regularidade fiscal.

3.2.6. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados ao contratante e terceiros, na execução dos serviços.

3.2.7. O reconhecimento dos direitos do CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei 8.666/93.

3.2.8. Responder pelos prejuízos materiais ou pessoais causados por eventuais danos causados por negligência, imprudência, imperícia ou dolo próprio.

3.2.9. Arcar com os tributos federais, estaduais ou municipais, que por ventura incidam ou venham a incidir sobre o respectivo contrato, bem como os encargos sociais, trabalhista e previdenciários do mesmo.

3.2.10. Entregar ao contratante as peças substituídas, para fins de conferência (quando for o caso).

**4. CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

4.1. A remuneração dos serviços prestados pelas empresas credenciadas obedecerá ao valor estabelecido pelo Decreto Municipal n.º 1.581, de 06 de fevereiro de 2023 e o pagamento será feito mediante apresentação da Nota Fiscal Eletrônica, após o ateste emitido pelo requisitante, responsável pelo recebimento dos trabalhos executados. O presente contrato tem o seu **valor total estimado de R\$78.000,00(setenta e oito mil reais)**.

Item	Descrição	Quantidade	Unidade	Valor do Item	Valor Total
<b>52.137.191 RODRIGO AZEVEDO BRAZ</b>					
0001	SERVIÇO DE ELETRICISTA	2000	HS	39,00	R\$78.000,00
<b>Total do Fornecedor: R\$78.000,00</b>					

4.2. **O pagamento será efetuado de acordo com as planilhas de medições apresentadas, em até 10 dias, após a entrega da Nota Fiscal**, através de crédito em conta bancária, devendo a empresa apresentar o número de conta (que deve ser jurídica) o banco e a agência junto ao corpo da Nota ou em anexo.

4.3. Em caso de alteração de conta bancária, a credenciada deverá comunicar, formalmente, à Secretaria Municipal de Fazenda para que seja feita a retificação da conta cadastrada.

4.4. Somente serão efetuados pagamentos para as Notas Fiscais emitidas pelo credenciado vinculado ao processo 023/2023, ou seja, mesmo CNPJ, sob pena de rescisão de contrato, não sendo admitido pagamento para outrem através de procuração. (Decreto Municipal nº 987 de 14 de junho de 2017).

4.5. Em casos aos quais os serviços perdurarem por mais de 10 dias úteis, o contratado poderá pedir planilha de medição, com mínimo a cada 10 dias trabalhados. Os demais, com tempo inferior ao mencionado, a medição será realizada quando for finalizado o serviço.





## MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Praça Dr. Castilho, 10 – Centro – CEP 38750-000 – CNPJ 18.602.060/0001-40  
Tel.: (34) 3811-1560 – [www.po.mg.gov.br](http://www.po.mg.gov.br) – [contratos@po.mg.gov.br](mailto:contratos@po.mg.gov.br)

4.6. Nos serviços solicitados que se fizerem por menos de uma hora, para efeitos de pagamento, considerar-se 1 hora completa. Os demais trabalhos com mais de 1 hora considerar o tempo gasto real, com suas respectivas frações de tempo.

4.7. Se for constatado pelo fiscal que o credenciado não tenha trabalhado de fato as horas constadas em folha de ponto, o mesmo será notificado e será retirado estas horas para posterior medição.

### 5. CLÁUSULA QUINTA – DO REEQUILÍBRIO E ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

5.1. O MUNICÍPIO e o CONTRATADO poderão restabelecer o **equilíbrio econômico-financeiro** do Contrato, nos termos do artigo 65, inciso II, alínea “d”, da Lei Federal nº 8.666/93, por repactuação precedida de demonstração do aumento ou diminuição dos custos, obedecidos os critérios estabelecidos em planilha de formação dos preços e tendo sempre como limite a média dos preços encontrados no mercado em geral.

### 6. CLÁUSULA SEXTA – DAS ESPECIFICAÇÕES DO CONTRATO E DO PRAZO

6.1. Esta contratação terá vigência por 143 (cento e quarenta e três) dias a partir da data de assinatura do contrato, **findando em 16 de janeiro de 2025.**

6.2. O contrato poderá ser prorrogado caso haja interesse entre as partes desde que em conformidade com o art. 57 da lei 8.666/93 e poderá sofrer alterações fundamentadas no art.65 da mesma Lei.

### 7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. A despesa com a contratação, correrá à conta das dotações orçamentárias abaixo, relativas ao exercício de 2024 e suas correspondentes nos anos posteriores, sendo:

67 1.500.000.0000  
106 1.500.000.0000  
121 1.500.000.1001  
147 1.500.000.1001  
300 1.500.000.1002  
318 2.621.000.0000  
371 1.500.000.1002  
399 1.500.000.1002  
434 1.500.000.0000  
480 1.500.000.0000  
502 1.500.000.0000  
514 1.500.000.0000  
521 1.500.000.0000  
556 1.500.000.0000  
563 1.500.000.0000  
575 1.500.000.0000  
583 1.500.000.0000  
591 1.500.000.0000  
602 1.500.000.0000  
607 1.500.000.0000  
618 1.500.000.0000  
621 1.500.000.0000  
647 1.500.000.0000  
673 1.500.000.0000  
678 1.500.000.0000  
707 1.500.000.0000

  
Rodrigo Aguiar Braga





## MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Praça Dr. Castilho, 10 – Centro – CEP 38750-000 – CNPJ 18.602.060/0001-40  
Tel.: (34) 3811-1560 – [www.po.mg.gov.br](http://www.po.mg.gov.br) – [contratos@po.mg.gov.br](mailto:contratos@po.mg.gov.br)

02.02.01.04.122.0402.2313.3.3.90.39.00.Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica  
02.04.01.12.122.1201.2078.3.3.90.39.00.Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica  
02.04.01.12.361.1202.2087.3.3.90.39.00.Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica  
02.04.01.12.365.1203.2322.3.3.90.39.00.Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica  
02.05.01.10.122.1002.2122.3.3.90.39.00.Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica  
02.05.01.10.301.1001.2027.3.3.90.39.00.Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica  
02.05.01.10.302.1001.2024.3.3.90.39.00.Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica  
02.05.01.10.303.1001.2116.3.3.90.39.00.Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica  
02.06.01.04.122.0402.2007.3.3.90.39.00.Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica  
02.06.04.08.244.0801.2138.3.3.90.39.00.Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica  
02.07.01.04.122.0402.2223.3.3.90.39.00.Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica  
02.07.01.11.331.1101.2026.3.3.90.39.00.Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica  
02.07.01.17.511.1702.2040.3.3.90.39.00.Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica  
02.08.01.04.122.1502.2044.3.3.90.39.00.Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica  
02.08.01.15.122.1502.2145.3.3.90.39.00.Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica  
02.08.01.15.452.1501.2045.3.3.90.39.00.Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica  
02.08.01.15.452.1501.2046.3.3.90.39.00.Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica  
02.08.01.15.452.1501.2051.3.3.90.39.00.Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica  
02.08.01.17.512.1701.2042.3.3.90.39.00.Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica  
02.08.01.24.722.2401.2048.3.3.90.39.00.Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica  
02.08.01.26.782.2601.2050.3.3.90.39.00.Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica  
02.09.01.04.122.0402.2049.3.3.90.39.00.Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica  
02.09.01.26.782.2601.2053.3.3.90.39.00.Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica  
02.11.01.06.181.0601.2020.3.3.90.39.00.Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica  
02.11.01.06.181.0601.2021.3.3.90.39.00.Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica  
02.12.01.27.812.2701.2913.3.3.90.39.00.Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica

7.2. Havendo necessidade, poderão ser acrescentadas novas dotações ao processo por meio de apostilamento de ficha.

### 8. CLÁUSULA OITAVA – DO CONTRATO E DOS SERVIÇOS

8.1. O credenciado, após o recebimento da ordem de serviço, que poderá ser por via contato telefônico, deverão começar os trabalhos **em até 1 dia** (consecutivo). Caso o tempo tenha decorrido e o credenciado não tenha iniciado, o mesmo será dispensado do serviço solicitado e irá para o final da fila de chamada.

8.2. O credenciado convocado se responsabiliza pela execução dos serviços solicitados, na forma determinada pelo Secretário responsável, conforme objeto do presente edital.

8.3. O Setor de Engenharia fará planilha orçamentária com a previsão da carga horária para execução do serviço solicitado, após a finalização e conferência do trabalho, emitirá nova planilha com a medição dos serviços.

8.4. A entrega do serviço não efetuado no prazo determinado pelo secretário, sujeitará o credenciado as sanções administrativas previstas neste instrumento bem como as previstas em leis vigentes;

8.5. Os serviços serão executados de segunda a sexta feira, excepcionalmente aos sábados;

8.6. Caso a execução do serviço da única chamada do dia seja realizada em menos de uma hora, será considerada a hora completa para efeitos de pagamento, ou seja, se ultrapassar de uma hora, contar-se-á a hora fracionada se assim se fizer;

8.7. O credenciado deverá usar equipamentos de proteção individual e ferramentas de sua propriedade tais como: colher de pedreiro, desempenadeira, furadeira, escada, compressor e outros necessários à execução dos serviços;

8.8. O Credenciado receberá a cada serviço solicitado, folha de ponto a qual será preenchida pelo mesmo, informando as horas realmente trabalhadas, e a cada medição, assinada pelo responsável e credenciado, e





## MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Praça Dr. Castilho, 10 – Centro – CEP 38750-000 – CNPJ 18.602.060/0001-40  
Tel.: (34) 3811-1560 – [www.po.mg.gov.br](http://www.po.mg.gov.br) – [contratos@po.mg.gov.br](mailto:contratos@po.mg.gov.br)

entregue ao setor de engenharia para a realização da planilha de medição. Caso o serviço não tenha sido finalizado, será entregue nova folha de ponto para o preenchimento:

8.9. Caso seja constatado pelo fiscal, que o serviço executado pelo credenciado apresente vícios e falhas, o mesmo ficará obrigado a corrigir, remover, reconstruir ou substituir, em tempo determinado pelo fiscal;

8.10. A execução dos serviços contratados será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação pelo responsável para este fim especialmente designado;

8.11. O credenciado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, dentro do prazo estipulado pela Fiscalização, os eventuais vícios, defeitos ou incorreções constatadas nas obras ou nos materiais e equipamentos utilizados para execução dos serviços;

8.12. O credenciamento será realizado para prestação dos serviços nas Zonas Rurais e Urbana, caso o credenciado próximo à lista não tiver interesse em prestar os serviços fora da cidade de Presidente Olegário, a convocação se dará de forma regular, seguindo a lista. A despesa com o deslocamento será arcada pela Administração Pública. Caso o Microempreendedor Individual tenha interesse em participar somente nas Zonas Rurais, poderá solicitar o credenciamento para este fim, nesse caso, terá prioridade de chamamento.

8.13. O Departamento de Obras e Serviços Públicos será responsável pela convocação dos credenciados, ficando a seu cargo a estrita observância pela sequência regular da lista.

8.14. Nos casos específicos, em que os serviços devem ser realizados por profissionais habilitados, poderá, sob justificativa, ser convocado àquele que atenda melhor à solicitação dos Secretários, por exemplo: nos casos em que demandar de mão de obra específica para instalação de mata-burros.

8.15. Os interessados em prestar serviços especificamente nas Comunidades Rurais do Município deverão indicar no requerimento em qual delas pretende.

8.16. Não será admitida a subcontratação nesse objeto licitatório.

### 9. CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

9.1. O desatendimento às condições estabelecidas neste edital para prestação dos serviços submete o prestador de serviços às sanções estabelecidas na Lei nº 8.666/93.

9.1.1. advertência, que será aplicada sempre por escrito;

9.1.2. multas;

9.1.3. suspensão temporária do direito de licitar com o Município de Presidente Olegário;

9.1.4. indenização ao MUNICÍPIO da diferença de custo para aquisição dos produtos de outro licitante;

9.1.5. declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, no prazo não superior a cinco anos.

9.2. Será aplicada multa a razão de 0,3% (três décimos por cento) sobre o valor total do fornecimento, por dia de atraso na inexecução do contrato;

9.3. Será aplicada multa a razão de 3,0% (três por cento) sobre o valor total do fornecimento, por inexecução parcial das obrigações contratuais;

9.4. O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor da aquisição.

### 10. CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

10.1. Fica eleito o foro da Comarca de Presidente Olegário – MG, como único competente para dirimir as dúvidas ou controvérsias resultantes da interpretação deste contrato, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

  
Rochir Aguiar Braga



## MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Praça Dr. Castilho, 10 - Centro - CEP 38750-000 - CNPJ 18.602.060/0001-40  
Tel.: (34) 3811-1560 - [www.po.mg.gov.br](http://www.po.mg.gov.br) - [contratos@po.mg.gov.br](mailto:contratos@po.mg.gov.br)

E por estarem assim ajustadas, as partes, com as testemunhas abaixo, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Presidente Olegário/MG, 26 de agosto de 2024.

### MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Rhenys da Silva Cambraia  
Prefeito Municipal

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS E  
SERVIÇOS PÚBLICOS  
Gilmar Caetano da Silva

52.137.191 RODRIGO AZEVEDO BRAZ  
Rodrigo Azevedo Braz

TESTEMUNHAS: I -

Júlio dos Reis Pereira - CPF: 040.549.786-57

II -

Gustavo Furtado Mendes - CPF: 113.538.196-80